



PEC do Orçamento Impositivo será votada hoje em Plenário

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre anunciou acordo de líderes para votação da proposta que determina a execução obrigatória de emendas parlamentares de bancadas

O Plenário do Senado aprovou ontem a urgência para votar a proposta de emenda à Constituição do Orçamento impositivo.

Um requerimento assinado por todos os líderes partidários permitirá que a PEC seja votada na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, no Plenário.

Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que compareceu à sessão ontem à tarde, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ressaltou o entendimento das duas

Casas para aprovar a PEC.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, disse que as emendas impositivas serão implantadas gradualmente nos próximos dois anos.

O escalonamento foi selado em encontro do relator da proposta na CCJ, senador Esperidião Amin, com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O objetivo é facilitar a votação da PEC, já aprovada na Câmara.

Também ficou decidido que as emendas serão continuadas anualmente até que as obras sejam concluídas. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre anuncia acordo para votar hoje em Plenário a PEC do Orçamento Impositivo

Volta à Câmara projeto sobre marcas de alto renome

O Plenário aprovou o projeto que cria regras para proteção especial de marcas de alto renome e permite ao detentor de uma marca industrial pedir o reconhecimento desse título a qualquer tempo.

O texto foi modificado pelos senadores e terá que retornar para a Câmara dos Deputados.

Também foi aprovado pedido de urgência para a proposta que autoriza policiais a aplicarem medida protetiva a mulher em caso de violência doméstica. O projeto está na pauta de Plenário de hoje. **5**



Rovenn Rosa/Agência Brasil

Creche fecha em São Paulo: projeto autoriza municípios e DF a criarem benefício

Auxílio-creche para famílias de baixa renda está na pauta

Projeto que pode ser votado hoje em Plenário determina que famílias de baixa renda que não conseguirem matricular as crianças em creches ou pré-escolas públicas ou

conveniadas podem passar a receber um auxílio financeiro para inscrevê-las em instituições privadas. Os senadores aprovaram ontem pedido de urgência para a proposta. **7**

Avança texto sobre acumulação de cargos militares 5

Lançada nova agenda do setor industrial 2

Só educação diminui violência, aponta debate 6

Aposentado poderá pagar 50% do valor de remédios 4

Comissão deve votar Estatuto dos Animais na próxima semana

Pedido de vista dos senadores adiou a votação, prevista para ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, do relatório sobre os aspectos financeiros e

orçamentários do projeto que institui o Estatuto dos Animais. O mérito da proposta do estatuto ainda será debatido na Comissão de Meio Ambiente. **3**

Marco Legal do Saneamento será tema de debates

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória que altera o Marco Legal do Saneamento fará ao menos duas audiências sobre o assunto. **4**

Governo fará nova licitação para 5 rodovias

Estradas concedidas à iniciativa privada em 2014 não foram duplicadas no prazo previsto, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres. **8**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Indústria defende reformas tributária e da Previdência

CNI apresentou ontem a *Agenda Legislativa* para 2019, com prioridades do setor para o Congresso. Presidente do Senado comprometeu-se em dar prioridade às propostas em articulações com líderes

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL da Indústria (CNI) apresentou ontem, em sessão solene do Congresso, a *Agenda Legislativa* para 2019. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comprometeu-se em priorizar a agenda do setor industrial nas articulações com as lideranças partidárias.

— Um debate franco e aberto com o Congresso é o que pode resgatar o crescimento da indústria neste país, fortalecer a economia, proporcionar a geração de riquezas e retomar o crescimento — disse Davi.

Apresentada anualmente pela CNI desde 1996, a agenda, nesta edição, elenca 14 propostas consideradas prioritárias. Uma delas é a adesão ao Protocolo de Madrid (PDC 860/2017), um tratado internacional sobre registro de marcas assinado em 1991. Davi disse que a adesão a esse protocolo poderá atrair investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico para o Brasil.

O presidente em exercício da CNI, Paulo Afonso Ferrei-



O Plenário acompanha a execução do Hino Nacional na sessão solene

ra, também destacou que a indústria defende as reformas estruturais. A mais relevante, disse, é a da Previdência (PEC 6/2019).

— Ao gerar confiança na sustentabilidade fiscal, a reforma será uma fonte importante de expansão da economia, ao reforçar fatores que contribuirão para taxas de juros mais baixas. Essa reforma é inadiável — disse.

União

Em entrevista, mais tarde, Davi disse que a reforma da Previdência “não é pauta do governo, mas do Brasil”. Segun-

do ele, a função de conduzir a reforma está sendo desempenhada por todos.

— Estamos todos trabalhando. Rodrigo, eu, os senadores, os líderes, os deputados, todos trabalhando por essa pauta que não é do governo, é do Brasil. Nesse sentido, naturalmente, todos nós vamos cumprir com nosso papel e nossa obrigação.

Davi também afirmou que tem buscado entendimento entre os Poderes.

— Tem que haver essa relação institucional da Câmara e do Senado com o Poder Executivo — afirmou.

Ayrton Senna e Nelson Carneiro podem entrar no Livro dos Heróis da Pátria

O *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* pode ter mais dois nomes. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou a inclusão do piloto Ayrton Senna e do ex-senador Nelson Carneiro.

O tricampeão de Fórmula 1 foi lembrado no PLC 45/2018, do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). O relatório é do senador Zequinha Marinho (PSC-PA), que destaca o trabalho filantrópico e as demonstrações de amor ao país. Nascido no dia 21 de março de 1960, em São Paulo, Ayrton Senna da Silva morreu aos 34 anos, no dia 1º de maio de 1994, quando seu carro colidiu contra uma mureta de proteção no Grande Prêmio de San Marino, em Ímola, Itália.

O nome de Nelson Carneiro é tema do PL 407/2019, da ex-deputada Maria Helena. A relatora, senadora Zenaide Maia (Pros-RN), destacou a atuação do ex-senador para

aprovação da lei que instituiu o divórcio no Brasil, em 1977.

Ele nasceu em Salvador, em 1910. Elegeu-se, em 1945, suplente de deputado pela Bahia para a Assembleia Nacional Constituinte, assumindo uma cadeira em 1947. Após vários mandatos, foi eleito senador pela primeira vez em 1970 e presidiu a Casa no biênio 1989-1990. Morreu em 1996, aos 85 anos.

Outra homenagem que passou na comissão é dirigida ao tenente-coronel Aldo Augusto Voigt. O colegiado aprovou o PLC 113/2018, que concede o título de Patrono do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo da Aeronáutica.

A relatora, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), proferiu parecer favorável e destacou os feitos da vida do homenageado, que nasceu em Timbó (SC), e morreu em 2001, aos 59 anos.

CPI de Brumadinho vai ouvir responsáveis pelos laudos de estabilidade de barragem

A CPI de Brumadinho ouve hoje, às 10h, o gerente de Geotecnia Corporativa da Vale, Alexandre Campanha, e o auditor Makoto Namba, da TÜV SÜD Brasil. Segundo o requerimento de Carlos Viana (PSD-MG), um processo judi-

cial cita Campanha por supostamente ter coagido Namba a assinar o laudo de estabilidade da barragem que rompeu em janeiro. A CPI também vai ouvir o auditor da TÜV SÜD André Jum Yassuda e a engenheira Ana Lúcia Yoda.

Kajuru elogia pontos da reforma da Previdência

Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou pontos que considera positivos na proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019). Entre eles, o fim da aposentadoria especial para parlamentares, a restrição ao refinanciamento de dívidas com a Previdência e o combate à sonegação. O senador disse discordar da iniciativa do governo de encaminhar ao Congresso a proposta de mudança na Previdência dos militares com um projeto que reestrutura carreiras e aumenta salários.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim alerta para efeitos do regime de capitalização

Paulo Paim (PT-RS) advertiu para os efeitos da transição do atual modelo de Previdência, de repartição, para o de capitalização, como determina a PEC 6/2019, enviada pelo Executivo. A mudança, para o senador, representa o fim da Previdência Social.

— É idêntica à que foi aplicada no Chile. Lá, pessoas que durante 30 anos entraram na poupança individual foram ver na hora de se aposentar, o fundo de investimento errou a aplicação e elas vão ganhar R\$ 200, R\$ 400, R\$ 500 por mês.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paciente pode ter direito de recusar suporte à vida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje uma proposta que disciplina as relações dos pacientes com profissionais e serviços de saúde.

Entre outros pontos, o PLS 7/2018 altera o Código Penal para deixar de punir como crime a omissão de tratamento ou procedimento de saúde a um paciente que recuse expressamente a oferta de cuidados para prolongar sua vida.

A eutanásia, prática para abreviar a vida de um doente incurável, é crime no Brasil, com penas que podem chegar a 20 anos de prisão. No entanto, o projeto do ex-senador Pedro Chaves abre a possibilidade de descriminalizar a falta de um

suporte de vida. Caso o paciente não consiga manifestar sua vontade, esse direito de recusa poderá ser exercido por seu representante legal.

A eutanásia não é citada textualmente no Código Penal, mas é interpretada com base nos artigos 121 e 122 do texto. O primeiro trata de homicídio simples, o segundo aborda o induzimento ao suicídio.

O relator, senador Lasier Martins (Pode-RS), recomenda a aprovação do projeto e considera a alteração no Código Penal como importante para livrar o profissional de saúde de punições em caso de recusa do paciente à oferta de assistência.

No seu ponto de vista, “o respeito à manifestação do

paciente consagra o princípio da autonomia da vontade, inclusive nessa delicada fase, consagrando a liberdade individual e aperfeiçoando nosso modelo de assistência à saúde”.

Lasier propôs emenda para que não seja aceita a manifestação de recusa quando houver risco para a saúde pública, nos casos de recusa de tratamento ou procedimento essencial para o controle de doenças ou agravos coletivos à saúde. Também não será aceita manifestação feita por representante de paciente que esteja civilmente incapaz e sob risco iminente de morte.

O projeto receberá decisão final da CCJ e, se aprovado, vai para a Câmara dos Deputados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Dopagem no fisiculturismo**
9h Após pauta de 7 itens, audiência sobre dopagem no fisiculturismo.
- CCT Pequenas centrais hidrelétricas**
9h Audiência para discutir o potencial das pequenas centrais hidrelétricas. Entre os convidados, representantes do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras.
- CDR Polo Caruaru-Campina Grande**
9h O PLS 789/2015 — Complementar, que cria o Polo Caruaru-Campina Grande, é um dos 14 itens.
- CCJ Orçamento impositivo**
10h Entre 11 itens, a PEC 34/2019, que amplia o Orçamento impositivo.
- CPI DE BRUMADINHO Depoimentos**
10h05 Funcionários da Vale, da Tractebel Engineering e da TÜV SÜD Brasil.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Está na pauta o PLS 466/2015, que prevê a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil.
- CSF Dados de órgãos públicos na web**
14h30 Audiência sobre o acesso a dados de órgãos públicos na internet.
- MP 859/2018 FGTS para filantrópicos**
14h30 Análise de relatório.
- MP 867/2018 Regularização ambiental**
14h30 Análise do plano de trabalho.
- MP 869/2018 Proteção de dados**
14h30 Análise do plano de trabalho.
- INSTITUCIONAL Março Mulheres**
16h Abertura da exposição *Voto Feminino*.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

PEC do Orçamento Impositivo será votada hoje

Acordo de líderes permitiu que a proposta que determina a execução obrigatória de emendas parlamentares de bancadas seja analisada na CCJ e depois no Plenário

O PLENÁRIO APROVOU ontem o regime de urgência para a PEC do Orçamento Impositivo. A proposta, que deverá ser votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em seguida no Plenário, determina a execução obrigatória de emendas parlamentares de bancada.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que apoia a PEC 34/2019.

— A União está muito distante dos problemas das pessoas e a PEC vai levar de fato à concretude do pacto federativo em relação a recursos importantes — afirmou.

Davi aproveitou a presença do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao lado dele na sessão, para elogiar o entendimento que ocorreu entre as duas Casas.

— Eu queria fazer a referência ao diálogo e ao entendimento que foi construído com a Câmara dos Deputados, com o presidente Rodrigo Maia. Quero cumprimentar Maia pelo papel importantíssimo que ele tem exercido frente àquela Casa. Onde, de forma clara, estabelece o diálogo das matérias que estão tramitando no Senado e na Câmara, para que o Congresso possa ter protagonismo.

Davi ressaltou que o requerimento, assinado por todos os líderes partidários, permitiu a quebra do interstício da PEC. E enumerou os senadores da CCJ que ajudaram a articular o entendimento.

— Quero elogiar a senadora Simone Tebet [MDB-MS] e o senador Esperidião Amin [PP-SC], que construíram o consenso em bases claras na CCJ. Isso é o começo, não tenho dúvida, das mudanças no pacto federativo. Esses recursos [abrangidos pela PEC 34/2019] são várias vezes os únicos recursos que os estados têm para obras estruturantes nos quatro cantos do Brasil.

Implantação

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), destacou que haverá uma implantação gradual, nos próximos dois anos, das emendas impositivas.

— Quería mencionar o trabalho do relator dessa matéria, o senador Esperidião Amin. Ele chegou a conversar com o ministro Paulo Guedes para acertar o escalonamento da implantação de emendas de bancadas a cada ano. Além disso, houve a obrigação de que as emendas de obras devam ser continuadas anualmente até que essas obras sejam terminadas.

Esperidião Amin lembrou os impac-

tos que a política produz na economia.

— Havia um temor de que a aprovação dessa PEC fosse vista como mais uma derrota do governo. Nós estamos assumindo uma responsabilidade correta, em que uma emenda plurianual tenha de ser reapresentada pela sua bancada anualmente até que a sua obra seja concluída.

O líder do PSL, senador Major Olimpio (SP), não escondeu sua preocupação com a aprovação da PEC, mas declarou que, com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, ele estava votando favoravelmente.

— Em conversas com o ministro da Economia se negociou um escalonamento do valor a ser crescentemente liberado. E que isso não terá um efeito de engessar o Orçamento. Então, votarei à favor.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) elogiou a presença do presidente da Câmara no Senado e o trabalho conjunto entre as duas Casas.

— Quando se fala de Orçamento, se ouve muita coisa. Me sinto contemplada em ver construções, pois os dois presidentes das duas Casas do Congresso têm agido de maneira a construir.

O líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues (AP), destacou que, mesmo com dificuldades, com emendas parlamentares o Amapá pôde construir um hospital universitário e o Aeroporto Internacional de Macapá.

— Hoje o governo usa das emendas de bancada para negociar os votos dos parlamentares. E essa PEC é a resposta. Isso é a nova política: o Orçamento sendo gasto com as propostas dos parlamentares representando seus eleitores — afirmou.

Oriovisto quer suspender tramitação de proposta por 20 dias no Senado

O senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR) informou que está recolhendo assinaturas para suspender, por período mínimo de 20 dias, a análise PEC do Orçamento Impositivo.

— Esta Casa é a Casa revisora. O Senado é a Câmara Alta. O Senado não pode ficar a reboque. O Senado não pode ser um apêndice da Câmara. Ele tem que ser realmente a Casa revisora, a Casa da sensatez, a Casa da calma, a Casa da reflexão, até pela idade dos que aqui estão.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Entre Maia e Eduardo Gomes, Davi ressaltou o entendimento do Senado com a Câmara

Relator priorizará extensão do caráter obrigatório para emendas coletivas

O relatório da PEC do Orçamento Impositivo que será apresentado hoje na CCJ foi elaborado por Esperidião Amin. O senador sinalizou que deve retirar do texto a alteração do artigo 165 da Constituição.

— Eu acho que será muito difícil aprovar o texto como ele veio da Câmara. Três parágrafos tentam, na prática, transformar em impositivo o Orçamento como um todo e isso é parlamentarismo. Nós não elegemos um presidente no sistema parlamentarista. A impressão que eu tenho é que as questões relacionadas ao artigo 165 vão provocar muito debate político, e nós estamos no começo de um governo que tem só 90 dias. Então, nesse momento, seria uma pauta-bomba — avaliou.

O senador, então, vai priorizar a alteração proposta no artigo 166, que trata das emendas coletivas, para ampliar o orçamento impositivo.

— A proposta pretende estender o caráter de impositivo também para as emendas coletivas, ou seja, as de bancadas estaduais. Essas emendas são muito maltratadas pela União, e foi em decorrência disso que foi apresentada a PEC pelo deputado Hélio Leite [DEM-PA] — disse.

A execução das emendas se limita a 1% da receita corrente líquida (RCL) do exercício financeiro anterior. A manutenção desse percentual deve ser negociada entre parlamentares e

o Executivo. O governo já anunciou o contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões nas despesas discricionárias (não obrigatórias) deste ano.

— Tem mais uma particularidade: se o orçamento impositivo for adotado à semelhança da emenda individual, que é de 1,2%, pode haver corte, mas o contingenciamento é linear, ou seja, assim que o governo estabelece um contingenciamento para as outras despesas discricionárias, é aplicado também às emendas individuais. Hoje já é assim: se não dá para pagar, joga para o próximo ano.

Segundo Randolfe, são aproximadamente R\$ 333 milhões por ano para cada estado por meio das emendas impositivas.

Jorge Kajuru (PSB-GO) disse que há um entendimento entre todos os partidos para que nesta semana a PEC seja aprovada em dois turnos.

Estudo da Consultoria de Orçamento, que subsidia o relatório na CCJ, destaca que a proposta não resulta, necessariamente, em aumento de despesas. Isso porque as emendas parlamentares não são capazes de elevar o montante de despesas do Orçamento, por conta da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016).

Segundo o estudo, há somente um deslocamento de parcela do poder decisório sobre o Orçamento para um montante fixo de recursos.

Pedido de vista adia votação de projeto do Estatuto dos Animais

A votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto que institui o Estatuto dos Animais foi adiada para a próxima semana. A proposta (PLS 631/2015), do ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, estava na pauta de ontem da CAE e recebeu pedidos de vista.

O texto estabelece os direi-

tos dos animais, define regras para a guarda e também trata da proibição de práticas consideradas maus-tratos e de infrações e penalidades.

O relator, Plínio Valério (PSDB-AM), disse que seu voto se restringiu a aspectos financeiros e orçamentários. O mérito, lembrou ele, ainda será debatido na Comissão de

Meio Ambiente (CMA).

— Trata-se do parecer técnico de um integrante da CAE. A pergunta aqui é: vai causar despesa ou algum impacto no orçamento? — explicou.

No entanto, Plínio leu nota técnica alertando para o fato de que a aplicação de alguns artigos do texto pode causar consequências nos sistemas

de abate, de transporte e de logística de animais.

Otto Alencar (PSD-BA) disse que o projeto vai impactar, por exemplo, os esportes equestres, que empregam 1,2 milhão de trabalhadores no país.

— Esse projeto é mais uma tentativa de se criar um problema para a vaquejada, para quem vive do campo e gera

emprego. Vou apresentar um voto pela rejeição — avisou.

Já para Paulo Paim (PT-RS) o estatuto vem no momento certo: uma época em que há muita agressão à vida.

— Meio bilhão de abelhas morreram no Brasil nos últimos quatro meses. Isso é uma agressão à natureza, que repercute num ser mais frágil.

Comissão de medida sobre saneamento aprova agenda

Parlamentares pretendem realizar pelo menos duas audiências sobre o texto, que atualiza o marco legal do setor. Em Plenário, Humberto Costa pediu que o Congresso devolva a MP ao Executivo

O PLANO DE trabalho da comissão mista encarregada de analisar a medida provisória (MP) que altera o Marco Legal do Saneamento Básico foi aprovado ontem. Os parlamentares pretendem realizar pelo menos duas audiências públicas sobre o tema. Tasso Jereissati (PSDB-CE) é o relator.

A MP 868/2018 altera a Lei 9.984, de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas (ANA) competência para editar normas sobre o serviço de saneamento; a Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007), para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país; e a Lei 13.529, de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados nessa área.

A medida propõe que a regulamentação de águas e esgotos, hoje atribuição dos municípios, se torne responsabilidade do governo federal, por meio da agência reguladora que ficaria responsável pela fixação das tarifas cobradas. Já os contratos de saneamento passariam a ser estabelecidos por meio de licitações, facilitando a criação de parcerias público-privadas.



Deputado Evair Vieira de Melo e senador Tasso, presidente e relator

Segundo o Instituto Trata Brasil, 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada, mais de 100 milhões de pessoas não têm suas casas ligadas a redes de esgoto e menos da metade da população (48,6%) tem acesso à coleta de esgoto. Além disso, somente 40% dos esgotos são tratados. A Região Norte é a que apresenta os menores índices, com 14%, enquanto no Centro-Oeste 50,22% do esgoto é tratado.

Na reunião da comissão da MP, alguns parlamentares questionaram a constitucionalidade da medida. Humberto Costa (PT-PE) fez o mesmo em Plenário.

O senador pediu que o

Congresso devolva a medida ao Executivo, alegando que a MP 868/2018 praticamente reproduz o conteúdo da MP 844/2018 e, segundo a Constituição, “é vedada a reedição na mesma sessão legislativa de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo”. A MP 844/2018 perdeu a vigência em novembro do ano passado. A mesma questão foi levantada na comissão pelo deputado Afonso Florence (PT-BA).

O deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) criticou a MP por, segundo ele, facilitar a privatização do setor. Já o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) defendeu a medida.

Rodrigo Pacheco registra publicação do setor industrial

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) registrou ontem sessão solene do Congresso, ocorrida no Plenário da Câmara, na qual foi lançada a *Agenda Legislativa da Indústria*, em sua 24ª edição.

O documento lista as propostas de interesse de setor industrial em tramitação, e apresenta a posição da indústria quanto a seu teor, seja convergente ou divergente.

O senador registrou também que esteve reunido na segunda-feira com integrantes da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais.



Jane de Aquino/Agência Senado

Paulo Rocha anuncia frente parlamentar em defesa da Amazônia

Paulo Rocha (PT-PA) acusou o presidente da República, Jair Bolsonaro, de entregar a Amazônia aos interesses do capitalismo internacional. De acordo com o senador, o Brasil tem sido relegado ao papel de fornecedor de commodities, apenas um exportador de bens primários, como é o caso de grãos e de minérios. Paulo Rocha se mostrou preocupado com a cobiça internacional e o controle da Amazônia. Ele informou ao Plenário a criação de uma frente parlamentar para resistir aos ataques à região.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto anuncia representação contra vídeo sobre 1964

A veiculação de um vídeo com propaganda do golpe de 1964 pelo Palácio do Planalto será objeto de representação junto ao Ministério Público Federal, afirmou Humberto Costa (PT-PE). O senador disse que o seu partido, juntamente com outras legendas, pedirão que sejam apuradas as responsabilidades sobre o episódio.

— Isso é um caso em que a estrutura pública é utilizada descaradamente para defender um reconhecido golpe de Estado, responsável por violações sistemáticas dos direitos humanos — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aposentados poderão ter 50% de desconto em medicamentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje o projeto que concede a aposentados e pensionistas um desconto de 50% na compra de medicamentos. Apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta (PLS 235/2018) tem relatório favorável da senadora Mailza Gomes (PP-AC). Se aprovado, o texto deve seguir para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, o desconto será subsidiado pelo governo federal no âmbito do programa Farmácia Popular, que é mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para a relatora, é um bom momento

para a aprovação da proposta, já que tramita no Congresso a reforma da Previdência (PEC 6/2019), encaminhada pelo governo, “com a perspectiva de redução de direitos aos aposentados e pensionistas”.

Estudos mostram que os medicamentos já respondem por mais de 40% dos gastos das famílias com saúde. E levantamento do IBGE aponta um aumento constante nestes gastos, observou Mailza.

Para os idosos de baixa renda o problema é ainda mais grave, acrescentou a senadora, especialmente porque nessa etapa da vida os custos de planos de saúde são maiores.

Comissão de MP sobre proteção de dados pessoais vota plano de trabalho hoje

A comissão mista da medida provisória que modifica a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais deve votar hoje, às 14h30, seu plano de trabalho.

Além de normatizar a lei geral (Lei 13.709, de 2018), a MP 869/2018 cria a Autoridade

Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para regulamentar, interpretar e fiscalizar o cumprimento da lei e punir quem a descumprir. A ANPD havia sido vetada na sanção da lei, sob o argumento de que o Executivo, e não o Legislativo,

deveria criar o órgão.

A MP exclui da lista de dados pessoais protegidos, prevista na lei geral, as informações destinadas a elaboração de políticas públicas, prestação de serviços por órgãos estatais e pesquisa acadêmica. Nesse último caso,

por exemplo, o uso de dados pessoais para fins exclusivamente acadêmicos havia sido condicionado, pela lei geral, ao consentimento dos titulares, o que dificultaria ou inviabilizaria diversas pesquisas.

A previsão para a lei entrar

em vigor é fevereiro de 2020. Com exceção da ANPD, a MP estende por mais dois anos o prazo para a entrada em vigor da legislação. O prazo final de tramitação da medida no Congresso é 4 de abril, mas pode ser prorrogado.



Rafael Mello/Agência Senado

Pela proposta acatada pelos senadores, o reconhecimento do título pelo detentor pode ser a qualquer tempo

Plenário aprova proteção para marca de alto renome

Projeto retorna agora para a Câmara dos Deputados. Senado também acatou urgência para proposta que autoriza policial a aplicar medida protetiva a mulher em caso de violência doméstica e está na pauta de hoje

O SENADO APROVOU ontem o projeto de lei que cria regras para proteção especial de marcas de alto renome. O PLC 86/2015 permite ao detentor de uma marca industrial pedir ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) o reconhecimento desse título a qualquer tempo.

O texto foi modificado pelos senadores e terá que retornar para a Câmara dos Deputados.

“Alto renome” é uma classificação que garante a uma marca proteção em todos os mercados, e não apenas naquele em que ela atua. Com esse reconhecimento, nenhuma outra empresa pode ser registrada com o mesmo nome, ainda que seja de outro ramo. O Inpi reconhece atualmente 41 marcas como de alto renome.

A proposta regulamenta a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279, de 1996) para especificar que o “alto renome”

pode ser solicitado a qualquer tempo. Atualmente, apenas uma norma interna do Inpi trata desse assunto. Segundo a regra, os interessados devem aguardar que um terceiro solicite o registro da mesma marca em outro ramo.

O texto determina, ainda, que, em caso de deferimento do pedido, será anotado no registro de marca o reconhecimento de seu alto renome. Assim, o titular da marca terá um documento que comprove o seu direito à proteção especial.

A classificação pode ser contestada a partir de pedido de terceiros com legítimo interesse que requeiram ao Inpi um exame de insubsistência da classificação.

Validade

“A atual legislação é omissa no tocante ao processo de reconhecimento de uma marca como sendo de alto renome”,

critica o relator do projeto, o ex-senador Flexa Ribeiro, em seu parecer.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o projeto ganhou um dispositivo determinando que o reconhecimento do alto renome tenha um prazo de validade de 10 anos, e que o requerimento de renovação seja instruído com dados recentes que o justifiquem.

Medida protetiva

O Plenário aprovou também a urgência para o projeto que estabelece que tanto a autoridade judicial como a policial poderão determinar o afastamento do agressor, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica (PLC 94/2018). O projeto será votado em Plenário hoje.

Acumulação de cargos por militares passa em 1º turno

Por 64 votos a favor e 1 contra, o Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta que permite a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou de profissional da saúde. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, incluirá na pauta de hoje a votação da PEC 141/2015 em segundo turno, após aprovação da quebra de interstício (dispensa do intervalo de tempo entre dois atos do processo legislativo).

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Antonio Anastasia (PSDB-MG), sugeriu uma emenda de redação ao texto aprovado pela Câmara: na hipótese de acumulação com cargo civil, o

militar tem que dar prioridade à atividade no quartel.

“A PEC permitirá ao Estado se valer de mão de obra altamente qualificada em setores absolutamente carentes como a educação e saúde, cuja universalização é assegurada por obrigação constitucional. Seria mais vantajoso ao Estado, em período de severa restrição fiscal, uma situação em que militares exerçam de forma cumulativa esses cargos do que a admissão de outros servidores para exercê-las”, argumenta Anastasia no relatório.

A mudança vale para integrantes das polícias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito

Federal. Uma regra geral da Constituição proíbe a acumulação remunerada de cargos e empregos públicos. No entanto, prevê algumas exceções: se houver compatibilidade de horários, servidores civis podem desempenhar dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico, ou dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

A PEC estende o benefício aos militares estaduais. Em todos os casos, os profissionais que acumulam cargos devem respeitar o teto de remuneração no serviço público.

No caso dos estados e do Distrito Federal, o limite é o salário do governador.

Bittar deve concluir esta semana relatório de projeto sobre caixa 2

Relator de um dos projetos do pacote anticrime do Senado que tipifica o crime de caixa 2, Marcio Bittar (MDB-AC) disse ontem que pretende apresentar seu parecer logo após o prazo para apresentação de emendas.

Para o senador, existe um clima dentro da Casa favorável à aprovação do texto (PL 1.865/2019). Ele espera que, se não houver apresentação de emendas, o projeto possa ser votado na próxima semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Meu parecer é absolutamente favorável. Talvez eu endureça mais, mas sou totalmente a favor do pacote anticrime — afirmou.

Apresentado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), o projeto é semelhante à proposta levada à Câmara dos Deputados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em fevereiro. A estratégia de trazer o texto dos três projetos do pacote para o Senado foi definida em conjunto com as lideranças da Casa. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e Moro

também foram consultados. O objetivo é dar andamento imediato às propostas, enquanto a Câmara se ocupa com a reforma da Previdência.

Bittar considera que tipificar o crime de caixa 2 é fundamental para combater fraudes eleitorais.

— Quando você fraudava uma eleição, você deturpa todo o sistema. Considero o caixa 2 uma falta gravíssima, é uma deturpação do sistema democrático de direito — apontou.

Os três projetos do pacote anticrime podem receber emendas dos demais senadores ao longo desta semana. A CCJ pode dar a palavra final sobre dois deles: os PL 1.864/2019, que altera várias leis, inclusive o Código Penal, e o projeto sobre caixa 2. Se forem aprovadas na comissão, as propostas devem seguir para a Câmara, e só irão ao Plenário em caso de requerimento especial. Já o PLP 89/2019, sobre o julgamento de crimes comuns conexos ao processo eleitoral, terá que passar pelo Plenário, por se tratar de projeto de lei complementar (que regulamenta dispositivos da Constituição).



Genildo Magalhães/Agência Senado - 26/02/2019

Para Bittar, um dos objetivos do texto é combater fraudes eleitorais

Senadores querem explicações sobre vídeo que elogia golpe de 64

Os senadores Weverton (PDT-MA) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) apresentaram requerimentos pedindo explicações do governo federal sobre o envio de um vídeo pelo Palácio do Planalto, no dia 31 de março, com elogios ao golpe de 1964. Eliziane salientou que o vídeo foi divulgado via WhatsApp por número vinculado à Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Weverton encaminhou ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, requerimento para identificar o responsável pela divulgação do vídeo. Já Eliziane protocolou dois requerimentos. No primeiro, pede informações sobre quem autorizou a produção do vídeo, a indicação do nome da produtora do vídeo e da empresa ou autoridade

que pagou pela produção, e também esclarecimento sobre quem autorizou o uso de meios oficiais para a divulgação do vídeo. O segundo requerimento pede o comparecimento do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, na Comissão de Transparência e Governança (CTFC) para prestar esclarecimentos.

— O país está num momento em que é necessário o esforço geral, de toda a população, para garantir um ajuste fiscal e a redução de gastos públicos. Aí temos a produção de um vídeo, possivelmente com recurso público, de um vídeo que faz apologia a um período que ficou no passado e que colocou como eixos fundamentais a agressão, a violência, a morte, a tortura — disse a senadora.

Debate: educação pode reduzir violência escolar

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, senadores e especialistas em educação apontaram caminhos para aumentar a segurança nas escolas do país

A PREOCUPAÇÃO COM a segurança nas instituições de ensino foi a principal motivação de uma audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Autor do requerimento para o debate, o senador Styvenson Valentim (Pode-RN) informou que não citaria nenhum episódio de violência dentro de escolas nos últimos tempos, para não estimular esse tipo de ação.

— Não mencionamos os fatos, não relatamos nomes, porque vamos começar essa mudança por aqui. Precisamos alterar a legislação, mas, também pensar na aplicabilidade da lei da maneira mais prática possível — afirmou.

Styvenson ressaltou a importância do tema, já que o Brasil desponta como um dos países com maior índice de violência nas escolas, conforme levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 2013. Segundo o senador, 12,5% dos professores brasileiros ouvidos na pesquisa relataram que são agredidos ou recebem intimidação de alunos pelo menos

uma vez por semana.

— Nosso índice só perde para países como a Estônia, que também tem indicadores altíssimos. Só para citar um dado brasileiro, quase 11 mil episódios de violência em escolas foram registrados somente em Minas Gerais nesse período [2013].

Inclusão digital

Especialista no tema bullying e cyberbullying, a advogada Ana Paula Siqueira defendeu a inclusão digital, mas ressaltou a necessidade de preparo de crianças e jovens antes de terem acesso a qualquer aparelho ou conteúdo eletrônico. Ana Paula alertou que algumas crianças têm instigado outras a cometer suicídio por meio de grupos em aplicativos como o WhatsApp, por exemplo.

— E nem estou falando de adolescentes, mas de crianças com 8, 9, 10 anos. Vamos dar celulares, vamos dar internet, mas vamos também atentar para as consequências de nossas postagens.

Representante da Unesco, o professor Célio Cunha

apontou que a segurança nas escolas precisa ser vista além dos fatores físicos, porque envolve sensações, como a de pertencimento à comunidade de aprendizagem e a de valorização dos indivíduos em grupo. De acordo com o especialista, os códigos de conduta de cada escola podem ser um caminho para a redução da violência.

— Nós premiamos as olímpicas, mas não temos a cultura de premiar os alunos de boa conduta, os que desenvolvem e aplicam valores, por exemplo.

A pedagoga pela Universidade Estadual de Goiás Antonieta

das Graças Rodrigues Santos disse que é fundamental a articulação entre as autoridades e os profissionais que trabalham nas escolas. Ela destacou o papel dos orientadores educacionais e apontou que a violência é resultado de um “efeito cascata” iniciado dentro de casa.

— O mau comportamento de alguns alunos tem sido reflexo da atitude dos próprios responsáveis. O pai chega nervoso do trabalho, bate na esposa, que desconta no menino, e este, por sua vez, se vinga no cachorro. Ex-secretário de Educação

no Paraná, o senador Flávio Arns (Rede-PR) demonstrou preocupação com o fato de que há apenas um pedagogo para atender a cerca de 500 alunos na maioria das escolas brasileiras. Para ele, o ideal seria um profissional para cada grupo de 250 estudantes. Arns disse ser fundamental que as soluções para a violência sejam apontadas pelos próprios integrantes das instituições de ensino.

Ambiente

Já a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) defendeu investimentos nas estruturas das escolas, de modo a tornarem o ambiente agradável. Para ela, a disponibilização de espaços para a socialização entre os jovens, a modernização de bibliotecas e a oferta de ensino integral são instrumentos que levam os estudantes a não terem pressa de sequer irem embora.

— Agindo assim, estaremos fortalecendo os laços sociais, porque todos se sentirão abraçados em suas unidades de ensino — disse.



Ana Paula Siqueira fala em debate comandado por Valentim (4º à esq.)

Senado poderá premiar educadores de destaque

O Senado estuda instituir dois prêmios para reconhecer e estimular boas práticas em escolas. Projeto que cria a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro e o Prêmio Eficiência Educacional Florestan Fernandes foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O PRS 12/2019, da senadora Leila Barros (PSB-DF), segue agora para análise final da Comissão Diretora do Senado.

O projeto visa premiar educadores que se destacarem por suas práticas educacionais. Caso aprovado, um professor de cada estado e do Distrito Federal receberão a Medalha Darcy Ribeiro, na semana do Dia do Professor, 15 de outubro. Para concorrer ao prêmio, é necessário que o educador tenha sido indicado por um

senador e a seleção se dará por avaliação da bancada de cada estado.

— Esse reconhecimento dá oportunidade às bancadas de cada estado de indicarem e premiarem um educador de destaque, identificando, valorizando e incentivando professores que possam ser exemplos. Os prêmios também permitem disseminar boas práticas desenvolvidas nas escolas brasileiras — explicou Leila.

O Prêmio Florestan Fernandes será concedido anualmente, na semana do dia 28 de abril, Dia da Educação, a educadores ou escolas por melhores práticas em educação. Os premiados deverão ser indicados por um senador, pelas secretarias de Educação dos estados, pelo Ministério da Educação, pelo Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por instituição da sociedade civil voltada ao apoio ao desenvolvimento da educação, ou por tribunais de Contas que identifiquem práticas dignas de serem replicadas.

Para o relator do PRS 12/2019 na CE, senador Flávio Arns (Rede-PR), as homenagens são uma forma de reconhecimento aos profissionais que cumprem a missão de transformar a vida e a realidade de muitos cidadãos.

As premiações homenageiam Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo, sociólogo, educador, escritor e político engajado na defesa das causas indígenas, e o político e sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), que teve a ampliação do ensino público e a democratização do ensino entre suas principais lutas.

Dário Berger pede solução para inscrição do Fies

O presidente da Comissão de Educação, (CE), Dário Berger (MDB-SC), cobrou do governo rapidez na solução de problema no sistema de informática que vem impedindo a matrícula de mais de 20 mil estudantes no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

— A instituição não pode exigir pagamento da matrícula ou das parcelas de quem tenha concluído a inscrição. O Fies assegura o pagamento dos encargos financiados de todo o semestre e não só dos devidos após a assinatura do contrato.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier apresenta projeto para reduzir gastos na Casa

Lasier Martins (Pode-RS) informou a apresentação de projeto de resolução para reduzir em cerca de R\$ 500 milhões por ano os gastos no Senado.

O senador quer acabar com despesas como o uso de carro oficial por servidores, o acúmulo de cota parlamentar e o pagamento de função de chefia para servidor sem subordinado. O PRS 31/2019 sugere limitar o plano de saúde para ex-senadores, reduzir o número de assessores por gabinete e verificar gastos com terceirização, passagens e apartamentos funcionais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Auxílio-creche para baixa renda pode ser votado

Projeto autoriza municípios e Distrito Federal a pagar benefício para a inscrição de crianças em instituições privadas, desde que não haja vagas na rede pública de ensino

FAMÍLIAS DE BAIXA renda que não conseguem matricular as crianças em creches ou pré-escolas públicas ou conveniadas podem passar a receber um auxílio financeiro para inscrevê-las em instituições privadas. A autorização para que os municípios e o Distrito Federal criem o benefício está prevista em projeto que pode ser votado hoje em Plenário.

Os senadores aprovaram ontem pedido de urgência para análise do PLS 466/2018, mas a votação foi adiada a pedido de Cid Gomes (PDT-CE). O senador disse estar preocupado com a possibilidade de haver transferência de recursos da educação pública para a privada. O autor do texto, senador José Serra (PSDB-SP), afirmou, no entanto, que essa não é a intenção do texto.

— Não tem nada a ver. Trata-se de dar cobertura às famílias mais pobres — explicou Serra.

Segundo ele, na faixa dos 20% mais pobres da população, um terço das crianças de 0 a 3 anos não dispõe de



Autor, Serra explica que a intenção é beneficiar as famílias mais pobres

creche. Serra salienta que os primeiros anos são decisivos para o desenvolvimento das crianças.

A relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), explicou que o projeto não gera despesas obrigatórias, apenas dá uma opção aos prefeitos, caso possam conceder o benefício.

Proposta

De acordo com o projeto, os prefeitos e o governador do DF ficam autorizados a criar o programa, desde que existam recursos disponíveis.

O auxílio será distribuído aos beneficiários do Bolsa Família que tenham crianças de 0 a 5 anos e que não estejam matriculadas em unidades de ensino da rede pública ou conveniada. Poderão receber o benefício as famílias cujos pais não contem com auxílio-creche ou pré-escolar das empresas em que trabalham.

O valor do auxílio será determinado pelo prefeito ou pelo governador do DF, não deverá consumir recursos já destinados à educação básica pública e poderá ser reajus-

tado anualmente pelo IPCA. O texto também determina que, caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas de educação infantil, os sistemas de ensino terão que divulgar, a cada ano letivo, pela internet, os critérios adotados para a matrícula, assim como a lista de espera dos interessados, com ordem de classificação e o cronograma para as chamadas seguintes.

Comissão

Mais cedo, o texto havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No debate, o senador Confúcio Moura (MDB-RO) lembrou que o Plano Nacional de Educação (PNE) já tem metas relativas à pré-escola que não estão sendo cumpridas.

— Eu, que sempre defendo a educação, sou contra esse projeto, pois estamos sendo redundantes. A meta 1 do PNE está clara e já furou. Para que mais lei? Lei em cima de lei? Em cima de prefeito? Para complicar para as prefeituras? Não

tem sentido prático — alegou.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) lembrou que o projeto de lei é autorizativo e condicionado à disponibilidade orçamentária, o que terá pouco efeito prático.

— O artigo 1º do projeto obriga Distrito Federal e municípios a instituir o auxílio por ato do Executivo, condicionado à disponibilidade orçamentária. Ou seja, se o prefeito disser que não tem não vai ter — opinou.

Kátia Abreu (PDT-TO) afirmou que o projeto de lei pode servir como forma de pressão sobre as prefeituras.

— De zero a três anos é exatamente a idade da formação das conexões neuropsicomotoras das crianças. As crianças mais pobres que ficam fora dos cuidados serão prejudicadas com o atraso no ensino, com a repetência e com abandono da escola. O senador Confúcio tem razão quando diz que a meta já existe e ninguém olha para a cara dela, mas é uma forma de pressão.

Colegiado avaliará obras inacabadas em pré-escolas

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) deve realizar três debates sobre obras paradas e não concluídas de creches e pré-escolas, propostos por Rodrigo Cunha (PSDB-AL). De acordo com o senador, um mapeamento feito por sistema de geolocalização da Transparência Brasil aponta 1,7 mil obras de creches atrasadas, paralisadas ou não entregues em todo o território nacional.

— Só em Alagoas há 46 creches sem funcionamento. E, em vários municípios, o que se vê é o hábito de instalar as pedras fundamentais, receber o

dinheiro e instalar o convênio, mas a obra não é entregue.

A CTFC quer ouvir o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Carlos Alberto Decotelli, e representantes do Ministério da Economia, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Presidente da comissão, Rodrigo é autor de outro requerimento aprovado ontem, para levar uma comissão externa ao bairro do Pinheiro e adjacências, em Maceió. Eles devem verificar a desocupação da área em decorrência de tremores de

terra, fissuras e afundamentos em imóveis e ruas.

— Queremos verificar in loco os desdobramentos reais na vida de moradores, como o decreto de calamidade e o auxílio de aluguel social para pessoas que deixarem suas casas.

Também foi aprovado requerimento de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) de uma consulta ao TCU sobre a continuidade da construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, vinculada à Universidade Federal Rural de Pernambuco. Por sugestão de Juíza Selma (PSL-MT), a CTFC convidará o ministro do TCU João Augusto Nardes.

Comissão debate dificuldade de acesso a dados de órgãos públicos na internet

A Comissão Senado do Futuro (CSF) promove audiência pública hoje, às 14h30, com o objetivo de debater as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos para o acesso a conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União. O autor do pedido de reunião, Mecias de Jesus (PRB-RR), se preocupa com o alto custo dos planos dos serviços de banda larga.

Para ele, é preciso, então, mudar a legislação para assegurar o acesso a documentos públicos, o que já acontece

com as ligações para polícia, bombeiros, ambulâncias e defesa civil, por exemplo. Somente assim, entende o senador, será cumprido o princípio constitucional da transparência, pois, além de obrigar os entes públicos a publicarem informações na internet, é necessário garantir que a informação chegue efetivamente a todos.

Para participar, foram convidados representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, da Agência Nacional de Telecomunicações e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autistas não têm acesso a garantias fundamentais, afirma Romário

Celebrado ontem, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo foi lembrado por Romário (Pode-RJ). Mesmo reconhecendo avanços, como a inserção dos autistas no rol de pessoas com deficiência, há ainda a necessidade de garantia de acesso à educação, Previdência e saúde.

— Se no mundo desenvolvido a proposta de debate hoje é em que medida a tecnologia pode ser usada para a inclusão assertiva, por aqui ainda nos deparamos com escolas despreparadas, em sua maioria, para receber esses alunos e alunas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Flávio Arns resalta importância de refletir sobre o autismo

Flávio Arns (Rede-PR) afirmou ontem que o Dia da Conscientização do Autismo é importante para que a sociedade reflita sobre o assunto. Trata-se, disse, de assegurar direitos humanos e oportunidades para essas pessoas.

— E as pessoas começam a se perguntar o que é o autismo, como é que a gente diagnostica, que tipo de escola que a pessoa pode ter, quais as habilidades que essa pessoa tem, como é que é a identificação de necessidades da saúde, do trabalho, que apoio que a família precisa ter, que tipo de oportunidades que devem ser dadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Veneziano pede dedução do IR à instrução de quem está no espectro

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) destacou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 1.726/2019, de autoria dele, que considera como despesas médicas para fins de dedução do Imposto de Renda o pagamento de instrução de pessoas no espectro autista.

— Estamos propondo a discussão sobre compensações, que possam estimular as famílias a custear esse tratamento, como a isenção do Imposto de Renda para os responsáveis financeiros do indivíduo com autismo e com outras especificidades, doenças cujo tratamento é caro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zenaide Maia celebra luta por direitos das pessoas com deficiência

Zenaide Maia (Pros-RN) ressaltou a luta das pessoas com deficiência para a garantia de direitos. Ela disse que essa parcela da população, incluindo os autistas, sofre preconceito até mesmo por parte da família, o que muitas vezes retarda o diagnóstico da síndrome.

— Sou médica de formação e vi isso. Muitas vezes, os pais, na esperança de ter outro diagnóstico, adiam o diagnóstico e, com isso, o tratamento — afirmou Zenaide.

De acordo com a senadora, pelo menos 24% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Diretor de agência recebe críticas e anuncia cinco relicitações de rodovias

Em audiência, dirigente da ANTT disse que o governo deve rever concessões de estradas não duplicadas nos prazos previstos em contratos

ODIRETOR-GERAL DA Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Mario Rodrigues Junior, afirmou ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) que o governo deve voltar a licitar cinco rodovias concedidas à iniciativa privada em 2014. Pelo contrato firmado com o poder público, as empresas deveriam ter duplicado toda a malha rodoviária outorgada em um prazo de cinco anos. Mas, de acordo com Rodrigues, nenhuma das concessionárias investiu o que deveria.

— Até o quinto ano de contrato, 100% da malha deveria estar duplicada. Em alguns casos, não está nem 30%. A gente não pode fechar os olhos para a realidade que aconteceu. De 2014 para cá, cinco concessões estão totalmente desequilibradas. Houve queda na arrecadação, queda na produção, queda no nível de demanda de tráfego. Investimentos que deveriam ter sido feitos não foram executados — afirmou.

Com a relicitação, o governo federal teria que desembolsar R\$ 5,8 bilhões para manter os investimentos nas rodovias. As antigas concessionárias ficariam responsáveis apenas pela

manutenção dos equipamentos até que uma nova empresa fosse selecionada para assumir a exploração do serviço.

A Lei 13.448, de 2017, sancionada pelo então presidente Michel Temer, estabelece a possibilidade de relicitação das rodovias. Mas o texto ainda depende de regulamentação, sob análise da Casa Civil.

Repactuação

Rodrigues defende também a revisão quinquenal dos contratos. Ele afirma que a crise financeira iniciada em 2014 provocou desequilíbrio nas concessões. A revisão do contrato, após o quinto ano de vigência, levaria em conta as perdas e obrigações das empresas desde então. O Tribunal de Contas da União (TCU) teria que dar aval à repactuação.

— Pega tudo o que está desequilibrado e reequilibra trazendo para um novo patamar, como se fosse começar uma concessão agora. Mas isso é muito complicado. A gente não sabe o posicionamento do TCU — disse.

Senadores criticaram a grande demora das concessionárias para investir nas rodovias federais outorgadas. Esperidião



Mario Rodrigues Junior e o presidente da CI, senador Marcos Rogério

Amin (PP-SC) denunciou que as obras do Contorno Viário de Florianópolis estão com mais de sete anos de atraso. O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) lamentou a falta de duplicação na BR-163, que corta o Mato Grosso do Sul.

— O que a ANTT tem feito para assegurar que a duplicação seja concluída? Não se falha ao cobrar o pedágio dos usuários. Tendo obra ou não tendo obra, o caixa do pedágio está trabalhando a todo vapor — disse o senador.

Rodrigues comemorou, na audiência, o leilão de um trecho de 1.537 quilômetros da ferrovia Norte-Sul, ocorrido na semana passada. A empresa

Rumo venceu a disputa com uma oferta de R\$ 2,7 bilhões. A previsão é de que as obras da ferrovia sejam concluídas em dois anos.

— Foi um sucesso. O mínimo previsto no edital era de R\$ 1,3 bilhão.

Para a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), no entanto, o modelo de concessão aplicado na Norte-Sul estimula a concentração no setor.

— Estão comemorando cinicamente que a Rumo pagou R\$ 2,7 bilhões. Sucesso nenhum, porque valia R\$ 6,5 bilhões. Estamos encurralados: o direito de passagem só vale por cinco anos. Isso foi um leilão hipócrita — criticou.

Arolde defende pena por crime contra patrimônio

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) anunciou ontem a apresentação de projeto para tornar possível a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva de quem, reiteradamente, praticar crimes contra o patrimônio (PL 1.768/2019).

O senador acrescentou que isso acontece porque quem pratica furto reiteradamente somente poderá ser preso preventivamente se já houver sido condenado por crime doloso, com sentença transitada em julgado.

— A lei protege o criminoso, deixando na sociedade uma situação de impunidade.

Plínio denuncia apropriação do nome da Amazônia

Plínio Valério (PSDB-AM) denunciou ontem que a Amazônia sofre com a ameaça de apropriação do nome da região para atividades comerciais na internet. Ele informou que a Amazon, multinacional de comércio eletrônico, iniciou em 2012 o processo para ter o direito exclusivo de explorar, na web, o domínio “amazon”.

— A Amazon ofereceu a cada país envolvido US\$ 5 milhões, em troca de aceitarem o registro. Coisa típica de quem pensa que tudo, até mesmo a dignidade nacional ou respeito ao próprio nome, tem algum preço.

Marcos Rogério relata visita oficial ao Japão

Marcos Rogério (DEM-RO) relatou sua participação em visita oficial ao Japão com uma comitiva de parlamentares brasileiros. O objetivo da viagem, como informou o senador, além de conhecer boas práticas naquele país, foi incentivar a relação entre Brasil e Japão, sobretudo acordos de parceria nas áreas da educação, infraestrutura, tecnologia, segurança e prevenção a desastres.

Em encontro com o vice-primeiro-ministro das Finanças japonês, Taro Aso, foi manifestado interesse das autoridades do Japão em retomar a importação da carne bovina brasileira, com restrições, disse.

Comissão sobre regularização ambiental rural vota cronograma

O deputado Sergio Souza (MDB-PR), relator da MP 867/2018, deverá apresentar hoje o plano de trabalho da comissão mista do texto, que prorroga até 31 de dezembro de 2019 o prazo para produtores rurais aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A comissão é presidida pela senadora Juíza Selma (PSL-MT)

Os programas de regularização ambientais são direcionados a imóveis cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e oferecem oportunidade de resolver passivos ambientais. A questão central é que, quando o novo Código

Florestal Brasileiro (Lei 12.651, de 2012) foi aprovado, vários imóveis já tinham menos área de vegetação nativa do que o determinado pela nova legislação. Para dar condições de esses imóveis recuperarem a vegetação e se adequarem à legislação é que foi publicada a MP 867/2018.

O deputado Nilto Tatto (PT-SP) defendeu a realização de audiências com especialistas em meio ambiente, pesquisadores e gestores públicos para debaterem o tema com mais profundidade.

A MP deve ser votada pelo Congresso até 3 de junho para não perder a vigência.

Adiada apresentação de relatório sobre MP da privatização de elétricas

A reunião da comissão mista sobre a medida provisória que viabiliza a privatização de empresas de energia, prevista para ontem, foi cancelada. O presidente da comissão, senador Wellington Fagundes (PR-MT), disse que não havia quorum suficiente para a reunião ser aberta. Ainda não foi definida a data para a próxima reunião, em que deve ser apresentado o relatório do deputado Edio Lopes (PR-RR). O prazo de validade da MP 855/2018 expira em 23 de abril.

A medida trata das condições para a privatização de duas empresas de energia controladas pela Eletro-

bras — Amazonas Energia e Companhia Energética de Alagoas (Ceal), leiloadas em dezembro do ano passado.

O texto da MP determina que as duas empresas devem receber até R\$ 3 bilhões para cobrir despesas com combustível comprado da Petrobras usado na geração de energia elétrica entre 1º de julho de 2017 e a data da transferência do controle acionário para o novo operador.

O dinheiro, proveniente de fundos do setor energético, deveria ser repassado de acordo com as regras, em 60 parcelas para o concessionário que arrematasse as distribuidoras.

Polo Caruaru-Campina Grande pode ganhar região integrada

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa hoje uma pauta com 13 itens. Uma das propostas é a autorização para o Poder Executivo criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Caruaru (PE) e Campina Grande (PB). Do ex-senador Douglas Cintra, o PLS 789/2015 — Complementar autoriza também a instituição do programa especial de desenvolvimento do polo.

A Ride, conforme a proposta, será constituída de 25 municípios de Pernambuco e 20 da Paraíba. Os programas e projetos para a região deverão dar ênfase aos setores de confec-

ção, turismo (especialmente no período das festas de São João) e indústria moveleira.

Para o autor da proposta, a criação da Ride viabilizará investimentos direcionados pelos governos estaduais e federal a melhoria da infraestrutura, financiamento de máquinas e equipamentos e capacitação profissional das populações. O objetivo é melhorar a produção industrial e a comercialização.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e teve voto favorável do relator na CDR, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). Se aprovada na CDR, seguirá para o Plenário.